

Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro da história oral no Brasil

Ricardo Santhiago*

Abri a primeira porta do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e atrás dela estava Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, o professor e historiador que eu entrevistaria. Mesmo chegando mais cedo que o combinado, não tive oportunidade de me ambientar ou de fazer preparativos de última hora. No telefonema que eu havia feito na semana anterior – o primeiro e único – também foi assim: mencionei seu nome e Carlos Humberto imediatamente veio à linha.

Consta que em 2010 ele ocupava a presidência do instituto. No dia em que nos encontramos, 24 de agosto daquele ano, ele ocupava uma pequena mesa em uma sala coletiva. Atendeu-me muito gentilmente, embora parecesse pouco entusiasmado a falar sobre história oral: “Eu vou te dar o livro e o catálogo, você encontra tudo lá”. Expliquei melhor o que queria: escutar suas lembranças sobre a formação das primeiras redes de interlocução sobre história oral no Brasil. Partiríamos daí para abordar seu trabalho pioneiro com arquivos, publicações e disseminação de história oral, e outros assuntos mais. “Pois não”, ele disse. Conversamos por quinze ou vinte minutos sobre generalidades antes de ligar o gravador – e alguém não apenas disponível, mas extremamente simpático, começava a se revelar à minha frente.

* Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), com bolsa PNPd-Capes. Pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória (GEPHOM/USP). A entrevista aqui apresentada resulta de projeto de doutorado financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: rsanthiagoc@gmail.com.

Tratava-se da primeira entrevista para meu projeto sobre o desenvolvimento da história oral no Brasil, que resultou na tese de doutorado *Método, metodologia, campo: a trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil*, que defendi em 2013 na Universidade de São Paulo. Assim como Carlos Humberto, eu estava algo reticente em gravá-la: estava decidido a não fazer uma história oral da história oral e, muito ciente do poder das entrevistas, imaginava correr esse risco se comesse a gravá-las. Acabei conduzindo 22 entrevistas e outras mais poderão ser feitas no futuro, numa eventual revisão do trabalho – mas foi crucial, para as linhas de interpretação que desenvolvi, integrar as entrevistas só mais tarde ao meu conjunto de fontes.

Quanto à entrevista com Carlos Humberto, ela foi regida pela aspiração mais convencional do pesquisador: o preenchimento de lacunas. Aproveitei a oportunidade de uma viagem a Florianópolis para tentar, sem grandes expectativas, agendar uma entrevista de última hora. Foi uma decisão boa: tive a satisfação de estar diante de alguém que se transformou ao longo do nosso encontro, abandonando uma postura corporal de retraimento, os olhos baixos, as mãos contidas, e se despediu de mim de maneira energética e assertiva. A decisão também foi oportuna porque, mesmo nos pontos em que a entrevista não chega a declarações notáveis, ela pôde e pode ser bem utilizada. A triangulação entre o que ela diz, o que ela não diz e o tempo da narração informam muito, em sua dupla condição de “resíduo de ação” e “relato de ação” (Alberti, 2004) –, sobre história oral, sobre a atmosfera de seus primeiros tempos de institucionalização e sobre a cultura intelectual do nosso tempo. E não haveria como dizer mais: Carlos Humberto Pederneiras Corrêa morreu menos de quatro meses depois de nosso encontro, em 3 de dezembro de 2010, de infarto, durante uma viagem à Bolívia.

O historiador e professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa foi uma das trinta pessoas regularmente matriculadas no notório curso de história oral acontecido na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, entre 7 de julho e 1º de agosto de 1975 – curso este que apresentou a historiadores brasileiros a vertente de trabalho decalcada dos arquivos de fontes orais estadunidenses.¹

1 Ver, a respeito do curso, além de minha tese de doutorado (Santhiago Corrêa, 2013), os trabalhos pioneiros de Marieta de Moraes Ferreira (1994, 1996, 1998) sobre os primeiros tempos da institucionalização da história oral no Brasil.

Carlos Humberto foi um dos intelectuais que, efetivamente empolgados com a possibilidade de incluir os testemunhos entre as fontes passíveis de utilização na construção do conhecimento histórico, trabalharam naquilo que ele entendia como uma “adaptação” do método para a realidade brasileira, realizando, colateralmente, um trabalho de divulgação expressivo.

O historiador havia sido enviado em missão ao Rio de Janeiro pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde era um jovem professor. Um evento pouco conhecido na cronologia da história oral brasileira o explica: em 1974, a UFSC havia realizado seu primeiro Curso de Especialização em História e, dentro do módulo de disciplinas de metodologia de pesquisa, George P. Browne (que viria a articular iniciativas institucionais posteriores) ministrou aulas sobre a “técnica de história oral”. Em decorrência disso, o Departamento de História da universidade decidiu pela implementação de um Programa de Documentação em História Oral já em novembro daquele ano, tendo como objetivo

[...] levantar o máximo possível de memórias gravadas, através de técnica própria, memórias de pessoas que, por suas vivências e origens, oferecessem experiências que servissem como base documental para o estudo da colonização estrangeira, tão rica e variada, neste estado de Santa Catarina. (Corrêa, 1977, p. 20).

De fato, datam de novembro de 1974 as entrevistas inauguradoras do programa (feitas pelos estudantes de pós-graduação da universidade, considerados melhor preparados para a tarefa), que em quatro anos de atividade chegaram a quase uma centena. Em 1975, devidamente formalizado nas instâncias universitárias, o programa transformou-se no Laboratório de História Oral da UFSC, ligado ao seu Curso de Pós-Graduação em História.

De volta a Florianópolis após o curso de 1975, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa continuou trabalhando para estabelecer programaticamente um acervo de entrevistas com líderes políticos da região. Articulando-se aos temas normalmente estudados na universidade, a história oral não causou maior estranheza: era um método e uma fonte, não mais nem menos importante do que outras. Junto com a atividade prática, caminhava o esforço pessoal de Carlos Humberto: ele havia se incumbido da missão de “adaptar” as metodologias estadunidense e mexicana apresentadas no curso à realidade brasileira, empreendendo o estudo que deu origem à sua dissertação de mestrado, *O documento de*

história oral como fonte histórica: uma experiência brasileira, defendida em 1977 sob a orientação de Walter Fernando Piazza, a primeira dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Nesse meio tempo, seu orientador – que, ao fim e ao cabo, era um colega – partilhava seu pioneirismo: em 1976 publicou o trabalho *Documentação em história oral*, com George Browne.

No mesmo ano, o *Catálogo de depoimentos* do programa foi lançado – mais uma vez, o primeiro a ser editado no país. Além dos dados das entrevistas realizadas até então, a publicação continha um texto introdutório no qual Pederneiras Corrêa elucidava que sua preocupação com a história oral era técnica. Sua meta era a de sistematizar um conjunto de procedimentos capaz de gerar materiais com validade “científica”, adequados para utilização no futuro. Ele tratava de estágios como os da transcrição, da elaboração de índices onomásticos, da conservação das fitas – mas arranhava pontos mais astuciosos, como a necessidade de empregar técnicas distintas para extrair informações dos dois diferentes perfis de entrevistados encontrados quando da implementação do programa: o camponês pouco ilustrado, mais fechado, e o político experiente e expansivo.

No ano seguinte, o estudo transformou-se em livro e ganhou novo título: *História oral: teoria e técnica*, pioneiro também por ser o primeiro manual de história brasileiro. Como contribuição oferecida em nível nacional, o livro priorizava a apresentação de aspectos técnicos atinentes ao trabalho com entrevistas – que incluíam o tipo de equipamento utilizado, o manuseio do gravador, as características da fita magnética de gravação. Tudo isso era fortemente calcado nos modelos dos manuais estadunidenses aos quais Corrêa havia tido acesso e às boas práticas da associação de história oral estadunidense, a que ele várias vezes se remetia. Isso se somava a exemplos da sua própria prática em campo, à preocupação com a legislação brasileira de direitos autorais e mesmo a referências a perspectivas sociológicas sobre a entrevista, como as sugestões oferecidas pelo sociólogo Oracy Nogueira.

Com o lançamento do livro, as atividades de história oral na Universidade Federal de Santa Catarina ganharam novo fôlego, e seu autor adquiriu certa notoriedade nacional, como ele próprio conta na entrevista a seguir. Nos anos 1980, ele escreveu o prefácio de *Documentação oral e a temática da seca: estudos*, de Luciara Aragão e Frota, que também foi uma figura importante nos primeiros tempos de divulgação do método da história oral, embora o principal mérito de seu livro seja o de informar o sabor da recepção da literatura americana da área no Brasil.

A projeção de Carlos Humberto não durou muito. Depois de sua fase de militância e difusão, ele colocou a história oral em luz baixa. “Comecei a usar outros temas mais antigos em que a história oral não tinha mais função. Sobre a Revolução de 1893, o início da República; sobre essas coisas todas não tinha mais ninguém para entrevistar. E fui largando, largando e largando até largar totalmente”, ele disse na entrevista. A história oral também o abandonou: a lembrança do seu pioneirismo pouco se imprimiu nos registros mais consagrados da história oral no Brasil. Nos anos 1990, ele foi rapidamente trazido à cena como parte de um esforço pertinaz de revisão da primogenitura da área. Neste caso, os meios são nobres: o trabalho de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa foi efetivamente fundamental para a difusão do método da história oral no Brasil, em sua primeira fase. Ele fez parte de uma geração de praticantes e experimentadores que muito legou à próxima geração, responsável por distinguir, triar, sistematizar e disciplinar conhecimentos.

Quanto ao seu lugar na universidade em que se formou e onde trabalhou, a imagem de Carlos Humberto sofreu semelhante descoloração, e não é difícil compreender o porquê.² Ele era partícipe de uma geração vista, na melhor das possibilidades, como “tradicional” ou “conservadora”, que veio a ser desafiada por novas gerações responsáveis por transformar a UFSC em um reduto identificado como progressista. Janice Gonçalves oferece uma fascinante interpretação para esse conflito na tese *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX* (2006), baseando-se em uma variedade de fontes, inclusive orais. Por ironia, aliás, algumas das “condições de produção” da entrevista que gravei com Carlos Humberto Pederneiras Corrêa estiveram ligadas ao ressentimento que a permeia: eu estava na cidade de Florianópolis para um evento na Universidade Federal de Santa Catarina, o *Fazendo Gênero 9*, enorme seminário internacional de inspiração feminista levado a cabo por grupos com os quais a geração de meu entrevistado se conflitava.

O tempo, no entanto, talvez favoreça a revitalização do trabalho de Carlos Humberto – ou, pelo menos, a lembrança ponderada e desejavelmente trivial de seu pioneirismo. Algumas ocorrências parecem sugerir isso. A historiadora Joana Maria Pedro, em entrevista a Janice Gonçalves, disse, sobre

2 Mesmo as tentativas de valorizar a importância do trabalho pioneiro de Carlos Humberto esbarram em certo desconforto ou, pelo menos, na escassez de informações. Ver, por exemplo, Silva (2011).

a geração que a precedeu: “A gente na época não dava, pra eles, o direito de ter uma temporalidade. Agora eu dou” (Gonçalves, 2006, p. 127). Em 2011, o VI Encontro Regional Sul de História Oral realizou um painel intitulado *A história oral na região sul do Brasil*, reforçando a disposição de pensar os empreendimentos ali levados a cabo. A historiadora Karla Schütz, ainda mais recentemente, também tem se voltado para estudar o Programa de História Oral da UFSC.³ Espera-se que mais trabalhos e revisões surjam, a fim de explorar as muitas figuras e os muitos episódios entrelaçados na constituição do campo da história oral no Brasil, repleto de textos culturais, em uma miríade de combinações.

Entrevista

Ricardo Santhiago – Eu tenho uma série de perguntas, claro. Queria saber desde como o senhor começou a se envolver com história oral até o porquê de o senhor não se envolver mais com isso. Podemos começar da forma como o senhor preferir.

Carlos Humberto Pederneiras Corrêa – Bem, meu nome é Carlos Humberto Corrêa, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, aposentado em 1991. O nosso envolvimento com a história oral começou em 1974 quando, na Universidade Federal, abriu-se um curso de especialização em história, em nível de especialização. Uma das disciplinas dele era a história oral, que era totalmente desconhecida no Brasil naquela época ainda. Quem ministrou essa disciplina foi o professor George Browne, da Universidade de Columbia,⁴ nos Estados Unidos. Foi uma disciplina que deve ter tido uns

3 Isso foi feito em trabalho de conclusão de curso orientado por Viviane Trindade Borges na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Ele analisa entrevistas realizadas por Simão Willeman, avô da autora, dentro do Programa de História Oral da UFSC. Ver: Schütz (2012). No momento, Schütz desenvolve dissertação de mestrado dando continuidade ao tema. Intitulado *Lembranças revisitadas: as entrevistas de Simão Willemann, memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013)*, seu projeto tem como problemática central “identificar as rupturas e permanências dentro do campo da História Oral, principalmente em Santa Catarina, entre 1975 e 2013, tendo como pontos de partida um empreendimento que se pautou nessa metodologia de História Oral: o Laboratório de Fontes Oraís da UFSC; bem como o acervo de fontes orais constituído entre 1977 e 1978 pelo historiador Simão Willemann, além de produções acadêmicas ligadas ao tema” (correspondência com a pesquisadora).

4 George Phillip Browne era, na verdade, professor da Seton Hall University, em New Jersey.

três ou quatro créditos, e que abriu mais ou menos a possibilidade de se usar a história oral, porque a gente não tinha noção nenhuma da coisa. No ano seguinte nós tivemos notícias – o Browne mesmo noticiou para a universidade aqui – de que iria abrir um curso no Rio de Janeiro, também em nível de especialização, só que em maior profundidade. Todos os níveis de especialização só de história oral, em que ele participaria e também participaria uma professora da Universidade do México... Eram três professores, mas não me lembro quem era o terceiro.⁵ Esse curso, que tinha professores [participantes] de várias partes do Brasil, foi realizado na Fundação Getulio Vargas em 1975, em convênio com a Universidade Federal de Niterói, tanto que os diplomas saíram pela Universidade de Niterói.⁶ As aulas eram dadas na Fundação Getulio Vargas durante um mês inteiro. A partir daí é que foi aberta mais a possibilidade da história oral, inclusive com uma variedade de metodologias diferentes, principalmente a adotada pelo México e a dos Estados Unidos, que eram coisas totalmente diferentes.

Voltando para cá eu comecei a ver e a analisar a possibilidade da adaptação da tecnologia da entrevista de história oral: adaptação do americano com o mexicano e com a realidade brasileira. Nem o americano e nem o mexicano davam para a gente adaptar aqui. Teria que ver uma outra realidade – tanto a realidade da origem histórica como da psicologia do próprio entrevistador e do entrevistado. Nos Estados Unidos, por exemplo, a entrevista era totalmente livre e não existia a preocupação com a metodologia da obtenção da informação, enquanto que no México era uma coisa muito rígida, muito mais do que nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, um professor/pesquisador poderia contratar uma pessoa de fora, que não tinha nada com a história oral, sem conhecimento nenhum, e pedir para o sujeito fazer uma entrevista com o fulano. O que valia era só o conteúdo, não a metodologia para a obtenção daquele conteúdo.

RS – A ênfase era registrar e arquivar.

CHPC – Justamente: registrar e arquivar. Enquanto que no México, não. No México era através do Museu de Arqueologia da Cidade do México, que é

5 Tratava-se de quatro professores: George P. Browne, James Wilkie, Edna Wilkie e Eugenia Meyer. Edna Wilkie, no entanto, não figurava como professora na documentação oficial do curso.

6 Universidade Federal Fluminense.

da universidade de lá, que tinha que ter uma série de requisitos, uma série de exigências... Era muito bom, mas fechava muito a possibilidade da utilização da história oral. Mas o que me abriu mais a possibilidade [foi]... Eu sempre fiz história política. E agora eu [me lembro] quem era o terceiro professor, mas não me lembro o nome dele. Era um professor americano que estava fazendo uma pesquisa [sobre] as elites políticas da América do Sul.⁷ Ele entrevistava só os grandes nomes da política do Chile, da Bolívia... E pretendia formar uma teoria a respeito do que ele fosse obter. Para isso ele chamou de *elitelore*, que é o contrário do *folklore*. Folklore fica para o povo e a *elitelore* para as elites da política. E aí é que eu gostei da coisa, entende? Da possibilidade de usar a história oral justamente para entrevistar essas elites políticas, que é o que me interessava. Ele ainda estava tentando elaborar uma teoria do que fosse tirar daí, porque ele entrevistou uma porção de gente e ainda estava [trabalhando]... Mas essa possibilidade da existência da entrevista com a elite política é que me interessava. Nós estávamos numa época – 1975 – ainda em pleno regime militar, num fogo muito grande. E a reação a isso também, porque a primeira reação que se viu àquilo que nós estávamos fazendo, aos professores que estavam fazendo entrevistas, era a possibilidade da história oral se voltar para fazer com que o homem do povo fosse entrevistado. E aí eu fiquei com medo! Fiquei com medo porque ela não foi feita para isso. Ela pode ser usada para isso, mas não somente, [tendo] como objetivo fazer aparecer o homem do povo. Tanto que, naquela minha pretensão de elite política, o homem do povo não entrava. Quem quisesse fazer, muito bem! Mas a história oral não servia só para isso – e o que queriam era que ela servisse só para isso. Eu tive depois uma reação muito grande num curso que dei na PUC de São Paulo, [ao tentar] tirar da cabeça dos alunos que a história oral não era só para entrevistar o homem do povo. Porque eles achavam que... pronto! Aquilo ali resolvia todos os problemas do pesquisador e da existência do homem do povo na história. Eu queria mostrar que o homem do povo podia até ser entrevistado, mas não só. Muito bem. Aí eu voltei pra cá e estava acabando o meu mestrado aqui, em 1975.

RS – Esse curso de especialização em história, aqui em Santa Catarina – o senhor fez como aluno? Ou o senhor só soube da existência dele?

7 A referência é a James Wilkie. Sobre o projeto mencionado por Carlos Humberto, ver Wilkie (1967, 1973). Ver também o website Elitelore Word, disponível em: <<http://www.elitelore.org/>>. Acesso em: 9 out. 2014.

CHPC – Eu era aluno de especialização. Era professor, mas não tinha outro pós-graduação aqui e nós fizemos. A maioria dos professores fez naquela época.

RS – E foi a primeira vez que o senhor teve contato e ouviu falar de história oral?

CHPC – Foi a primeira vez, totalmente! A primeira vez. Aí eu voltei e comecei a elaborar a tal da adaptação da metodologia americana e da mexicana com a brasileira. E me sugeriram que a minha dissertação de mestrado fosse esse estudo, de maneira que eu fiz, elaborei a dissertação e depois publiquei na forma de livro, [*História oral:*] *teoria e técnica* – um livro que correu o Brasil todo naquela época. Uma tiragem de dois mil exemplares que praticamente em um ano acabou totalmente. Inclusive, depois eu fui fazer doutorado em São Paulo e na USP eles não conheciam história oral. Conheceram através do meu livro, pelos professores que achavam que seria uma maneira de apresentar uma história diferente, e tal. Mas o que eu percebia é que eles não entendiam bem: achavam que a entrevista fosse história.

RS – A entrevista em si.

CHPC – Que a entrevista em si fosse a história. Mas a entrevista em si não é a história; a entrevista é para obter a informação histórica. É um meio, não é o fim. Aí o livro começou a ser divulgado e eu dei curso na PUC de São Paulo, na própria USP dei um curso num final de semana... E começaram a aparecer temas. Por exemplo, a Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, tinha um projeto sobre histórias de bairros. Eu dei um curso de história oral lá durante um mês para desenvolver a história de bairros, para fazerem entrevistas sobre a história de bairros. De lá eu fui para o Espírito Santo, onde dei um curso de quinze dias. Depois fui para o Maranhão e para uma porção de lugares: Rio Grande do Sul, etc.

O curso que eu dava era dividido em duas partes: durante uma semana eu dava toda a teoria da entrevista e depois largava os alunos para fazerem entrevistas e para a gente analisar as entrevistas, de maneira que eles faziam um projeto: o que pretendiam com aquele entrevistado, o que não pretendiam... Eles ficavam uma semana fazendo a entrevista, e depois eu fazia com que, [por meio de] uma planilha matemática, cada entrevista fosse lida por dois

colegas. Então o sujeito primeiro fazia uma autoanálise da entrevista que fez, e dois outros colegas faziam a análise daquela entrevista. Quer dizer, a gente mexia bastante na tal da entrevista, e aquilo deu resultado! Eles viam os erros da entrevista, e tal... A minha preocupação, muito, era a parte metodológica. Não estava muito interessado no conteúdo dessas entrevistas, mas só na parte metodológica. Depois que o sujeito soubesse metodologia, ele que se virasse e fosse fazer o que bem entendesse.

Aqui na Universidade Federal, onde eu era professor, nós criamos um laboratório de história oral, e eu fiz com que a história oral passasse a ser uma disciplina da pós-graduação. Era uma disciplina, como as outras todas, obrigatória, de pós-graduação. Com esse material produzido pelos alunos do mestrado – porque naquela época nós tínhamos só mestrado aqui – nós formávamos o acervo desse laboratório. O aluno tinha que fazer a entrevista, transcrever, e fazer uma análise de cada entrevista. Formava um acervo muito interessante.

RS – Isso começou em 1975?

CHPC – 1975, 1976, por aí... Tive conhecimento que, na época, também a Fundação Getúlio Vargas começou uma prática de história oral – se bem que naquela época só tinha duas professoras da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro que tinham feito aquele curso. Eram a Aspásia Camargo e a Celina [Vargas do Amaral Peixoto], neta de Getúlio Vargas, que tinha sido diretora da fundação. De vez em quando a gente tinha notícia de que a coisa salpicava pelo Brasil.

O problema que nós tivemos, principalmente no início, é que logo por volta de 1979, 1980, o governador do Paraná, que eu não me lembro qual era, foi preso e perdeu o mandato por causa de uma entrevista que tinha dado. Aquilo foi um balde de água fria em cima da gente, porque ninguém mais queria falar! Todo mundo ficava com medo de falar! Até que a gente convencesse a pessoa de que não tinha nada de política, não tinha nada de... Mesmo assim foi um problema muito grande. Então, inicialmente, para a história oral “pegar”, foi aos trancos e barrancos. Foi uma época muito ruim [aquela em que] nós começamos, em que a política nacional estava muito agitada... [Embora] a gente passasse por cima daquelas coisas todas, aquilo influenciava muito.

RS – Mas não havia nada oficial no sentido de...

CHPC – Não, não havia nada. Oficial no sentido de prejudicar?

RS – Exato.

CHPC – Não, não.

RS – Era o clima?

CHPC – O clima, principalmente para quem dava entrevistas – porque eles não sabiam para onde é que ia aquela entrevista. Se bem que a maior parte dos temas abordados eram coisas muito para trás, de qualquer maneira era difícil.

Uma das minhas preocupações – tem no livro também – é o problema dos direitos autorais da entrevista. A entrevista era feita... e depois? De quem é a entrevista? De quem é a informação? De quem é aquele objeto, aquela coisa? Aí eu criei um termo de doação: mesmo o sujeito tendo dado a entrevista, ele doa a entrevista e todo o conteúdo dela para a instituição, para onde bem entender. Porque, se não, a entrevista ficava muito no ar. Através das publicações que eu recebia na época – tinha uma revistinha sobre história oral nos Estados Unidos, na Universidade de Columbia, parece –, eles contavam. Lá a liberdade era outra, mas o problema de direitos autorais é muito mais forte, mais sério do que aqui. Então, ao mesmo tempo em que aqui era perigoso, o negócio era meio bagunçado. Eu achava que a única maneira de amarrar essa situação era através de um termo de doação legal, inclusive [com] a possibilidade de o sujeito decidir que a entrevista ficasse fechada por algum tempo, e realmente nós seguimos isso. Depois eu não sei como ficou.

Conseguimos aqui muitas entrevistas, um acervo muito bom; tínhamos um material de gravação e essas coisas todas; tinha muita coisa boa. E fomos andando por esse Brasil todo. Depois de muito tempo a história oral começou a ser deturpada – até que o professor [José Carlos Sebe] Bom Meihy me convidou para um colóquio lá em São Paulo e eu fui. Eu não conhecia grande parte daquelas pessoas e eles também não conheciam. Só uns poucos professores, os mais velhos, me conheciam. Toda aquela gente se achou dona da história oral! [Risos]. Eu sei que eu estava numa sala de aula, com uma moça, e a moça estava falando, e tal... Eu não me apresentei, e também não

precisava me apresentar. E ela falava-porque-falava sobre história oral! Parecia que era a descoberta da coisa! Aí o José Carlos passou pela porta e me chamou: “Ô, Carlos Humberto, vem cá, vamos para a outra sala!”. A moça que estava falando ficou tão apavorada quando soube... “Ah, mas o senhor que é o professor [Carlos Humberto]...?”. E começou a chorar! E pediu desculpas daquilo que ela tinha dito! Eu disse: “Não, não tem problema!”. [Risos]. Eu não estava lá para analisar, também... Depois eu fui a um outro congresso, também em São Paulo, em que vi que a história oral estava começando a... Os historiadores tinham largado a história oral e [ela] estava nas mãos dos sociólogos e antropólogos. Aí é que eu vi que eu estava no lugar errado, porque eles começavam a confundir entrevista de sociologia com entrevista de história e com entrevista de antropologia, que são coisas totalmente diferentes! Até que colocaram uma porção de coisas em votação, lá, e nós perdemos. Nós, historiadores, perdemos.

RS – Era uma assembleia?

CHPC – Era uma assembleia. Depois de tudo, houve uma assembleia. Aí pronto! Eu me afastei daquilo, porque eu vi que as entrevistas, como estavam sendo feitas, tinham uma preocupação mais com a parte da sociologia, e eles misturavam a história com a sociologia. A tendência mesmo era essa, mas aquilo ali não era o meu chão.

Ao mesmo tempo, na verdade, eu inicialmente me interessei muito porque a minha tese de doutorado foi sobre a Revolução de 1930, aqui em Santa Catarina, e tinha muita gente viva ainda. Então, eu usei muito a história oral para fazer a minha tese. Corri este estado todo fazendo entrevistas! Eu saía dirigindo com meu filho, que era pequeno... A função dele era ligar e desligar o gravador. [Risos]. Então eu tinha interesse por causa do tema – e porque existia gente para ser entrevistada. Mas depois eu comecei a usar outros temas mais antigos em que a história oral não tinha mais função. Sobre a Revolução de 1893, o início da República; sobre essas coisas todas não tinha mais ninguém para entrevistar. E fui largando, largando e largando até largar totalmente. Agora eu voltei para o documento escrito.

RS – Então a história oral, na verdade, foi uma solução metodológica entre outras.

CHPC – Foi. E eu acho que é uma solução metodológica entre outras, que pode ser momentânea. Eu sei que ela existe e, no momento em que eu estiver trabalhando um tema em que ela possa ser usada, muito bem. Mas não como fim, entende? Foi como fim para divulgar a metodologia, inicialmente. Me serviu muito para isso, mas depois não.

RS – Eu queria voltar um pouco e perguntar se o senhor se lembra, em relação a esse primeiro período dos cursos, se o senhor tinha acesso a bibliografia estrangeira.

CHPC – Tinha. Eles trouxeram muita coisa do México, dos Estados Unidos; e o que eles não trouxeram, trouxeram xerocado.

RS – A ideia era que se formasse uma rede entre pessoas de diferentes partes do país?

CHPC – Inicialmente não se tinha essa ideia. Essa ideia, se existiu, passou a existir depois. Era mais uma divulgação do método, e fazer com que se aplicasse, pelo menos por aquele grupo de trinta pessoas que estavam ali, mais ou menos.

RS – Todos historiadores?

CHPC – Todos historiadores.

RS – E com essa preocupação de formar arquivos ou outras preocupações, como essa mais militante?

CHPC – Não, militante não. Era de formar arquivos, tanto que a Fundação Getulio Vargas e nós começamos por causa disso.

RS – Vocês chegaram a ter algum contato, alguma troca de experiências?

CHPC – Depois sim. No início não, mas depois eu fui ao Rio e tivemos uma troca de experiências muito boa. Mas depois eu também não voltei mais ao CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil]. Afinal de contas, faz trinta anos, mais de trinta anos!

RS – E o que se formou primeiro, o Programa de História Oral do CPDOC ou esse laboratório?

CHPC – Olha, quando eu voltei, logo de início nós criamos aqui. Aqui deve ter as datas das primeiras...⁸ 1974.

RS – Foi a primeira entrevista?

CHPC – É, a primeira entrevista daqui, em 1974. Portanto, o curso do Rio deve ser de 1973, no ano anterior. E o nosso curso aqui foi em 1972.⁹

RS – Eu suponho que, aqui na sua universidade, o senhor tinha apoio institucional e dos colegas.

CHPC – Tinha.

RS – E como isso se expressava? O incentivo, inclusive, para a formação do laboratório, para a publicação? Como era o ambiente, em relação à história oral, na UFSC?

CHPC – Ela era aceita, respeitada – pelo menos naquela época. Porque eu sempre amarrava com um tema, em cada ano, o grupo de alunos da pós-graduação. Todos faziam entrevistas dentro daquele mesmo tema. Não era muito aleatório de cada aluno, não. Naturalmente a gente discutia os títulos, o tema, e fazia com que todas aquelas entrevistas tratassem do mesmo assunto. Por exemplo, as entrevistas numa época foram com todos os ex-*pracinhas* que tinham participado da guerra e que moravam aqui em Santa Catarina. A gente analisava os temas, em geral – e se descobriu várias coisas, por exemplo, que a maior parte não era *pracinha* coisa alguma: era gente que ficava na praia e nunca tinha ido para a Itália, mas sempre eram considerados *pracinhas* que participaram da guerra. Dentro das entrevistas a gente podia fazer análise de muitas coisas. Um outro aspecto que analisava bem é o seguinte: daqueles que participaram na

8 Nesse ponto, o entrevistado consulta o *Catálogo de história oral*, publicado em 1977 pela Universidade Federal de Santa Catarina.

9 O curso no Rio de Janeiro aconteceu em 1975; o curso anterior ocorreu em Florianópolis no ano de 1974.

guerra, nenhum tinha lembrança do momento de matar alguém. Isso apagou, entende? Eles tinham mais lembranças de vivência entre eles, mas na hora da guerra mesmo, na hora de dar o tiro, de matar, não. Não existia para eles. Outra coisa que a gente descobria era a criação da memória. Dez soldados entrevistados contavam determinado fato, o mesmo fato, como se ele tivesse participado. E daqui a pouco a gente ia para o tenente e ele contava a mesma coisa como se ele tivesse participado. Aí a gente não sabia qual era a verdade, quem tinha participado... A explicação que eu dava, na época, era que eles só se lembravam dos momentos de lazer. Enquanto todos estavam reunidos, cada um contava uma história; e todos se adonavam da história, passavam a ser participantes daquela história a ponto de estarem imbuídos de que aquilo realmente aconteceu com eles. Em qualquer nível e em qualquer batalhão. Um contava para o outro e aquilo passava a ser [de todos]... Então, tinha esse problema da verdade; a verdade da participação, a realidade... E isso passava a ser tema de discussão, de análise da utilização daquela informação.

RS – Então tinha uma preocupação também com a questão da interpretação das fontes orais.

CHPC – Sim, sem dúvida tinha. Com os alunos tinha. Depois de eles aprenderem a metodologia, se analisava o conteúdo das entrevistas, naturalmente, e a maneira de se obter determinadas coisas. Eu dei um curso em Tubarão, aqui no Sul, que era só com ex-prefeitos da região, para ver a realidade da administração daqueles sujeitos. Mas dentro de cada período o objetivo era entrevistar o prefeito, os vereadores e toda a sociedade – o padre, o delegado... – para se ter uma noção maior daquela época. E apareciam coisas meio complicadas... Uma cidade pequena, por exemplo, em que o prefeito foi eleito porque a mulher o enganou com outro fulano... E tinha que se perguntar para o prefeito essas coisas... Entende? E criou problemas nas entrevistas para obter determinadas coisas.

RS – Porque poderia constrangê-lo.

CHPC – Sem dúvida, sem dúvida. E constrangia mesmo, porque se fosse numa cidade maior [tudo bem], mas numa cidade pequenininha acho que criava problemas.

RS – O senhor tem lembrança das entrevistas que fez?

CHPC – Tenho, principalmente as de fora daqui, mas aqui também. Em Laguna, por exemplo, eu fui entrevistar um jornalista, dono de uma rádio, um senhor que estava com oitenta e poucos anos, [que] tinha sido revolucionário de 1930. E lá pela metade do caminho o sujeito começou a chorar... Chorar com quase noventa anos... Eu fiquei preocupado... “[Se ele] batesse as botas aqui de uma hora para outra, eu...”. [Risos]. Isso tinha muito! A gente tinha que tratar com o velho, mas com certa dificuldade, porque nós estávamos trazendo o passado dele, e a participação dele naquele passado pode ter sido importante ou não.

E também, tanto quanto possível, os entrevistados nos forneciam material escrito, documentação escrita. Em Lages [Santa Catarina] eu fui entrevistar uma pessoa que já estava bem velha – duas semanas depois ele morreu – e ele me deu uma porção de documentos, manuscritos dele e tal... Outra vez eu fui ao Rio de Janeiro entrevistar uma pessoa. Já tinha combinado por telefone; cheguei ao Rio de Janeiro e o sujeito morreu no dia – no dia em que eu cheguei lá para entrevistá-lo. Então tinha isso. A gente tinha que correr atrás da morte porque daqui a pouco ela levava o entrevistado! [Risos]. Mas eu andei muito nesse estado aí fazendo entrevistas.

RS – Depois que o senhor se afastou um pouco mais da história oral, deixou essa preocupação mais sistemática, como ficou a história oral na UFSC?

CHPC – Olha, eu acho que ela não é ensinada. A metodologia não é ensinada. A história oral começou a ser usada da mesma maneira como foi em todo o Brasil: não estão preocupados com a metodologia de entrevista nenhuma. É “vamos pegar o gravador e vamos falar com o sujeito” – quando existe isso. Por exemplo, eu tive notícias que, aqui, a História de Santa Catarina acabou depois que nós nos aposentamos da universidade. Mas ela continuava no currículo. Então, a História de Santa Catarina era dada [assim]: o professor pegava um ônibus aqui, com os alunos, ia até Chapecó, lá entrevistavam o bispo da cidade, que foi o “criador dos Sem Terra”, Dom José, e pronto. Aquilo era o curso, a História de Santa Catarina. E hoje não sei se alguém faz. Realmente não sei se alguém faz! Afinal de contas eu saí de lá em 1991, aposentado depois de trinta anos de casa, e não tenho vontade nenhuma de voltar lá. [Risos]. Não tenho vontade nenhuma!

RS – Nem de se informar sobre o que acontece?

CHPC – Nem de me informar do que acontece. Não, porque eu chego lá e ninguém me conhece e eu também não conheço ninguém. A maioria do pessoal de lá não é catarinense, porque houve uma invasão de gaúchos muito grande aqui, professores especialmente. O pessoal que a gente formou saiu de lá e foi trabalhar na Udesc, na Universidade do Estado. Então hoje, nós, do Instituto Histórico, temos uma relação maior com a Udesc do que com a Universidade Federal, [da qual] todos nós saímos como professores.

RS – E sobre história oral, o senhor ainda se informa ou também...?

CHPC – Não, porque a minha preocupação agora tem sido outra e encher a cabeça com mais esse negócio de história oral é muito... De vez em quando eu recebo um folheto de um congresso, de uma reunião, de uma coisa assim, principalmente do Rio de Janeiro, que eles estão tendo isso muito. Está desenvolvendo isso. Mas não sei qual é o objetivo, qual é o enfoque que estão dando.

Referências

ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BROWNE, G. P.; PIAZZA, W. F. Documentação em história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., 1975, Aracaju. *Anais...* São Paulo: FFLCH/USP, 1976. p. 927-934.

CORRÊA, C. H. P. História oral: considerações sobre suas razões e objetivos. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 63-70.

_____. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis: Editora UFSC, 1978.

_____. O Programa de Documentação em História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina. In: LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL/UFSC. *Catálogo de história oral 1977*. Florianópolis: Laboratório de História Oral/Curso de Pós-Graduação em História/UFSC, 1977. p. 19-33.

_____. _____. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 9., 1977, Florianópolis. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1979. p. 995-1.002.

FERREIRA, M. M. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral*, v. 1, p. 19-30, 1998.

_____. História oral e tempo presente. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.

_____. Introdução. In: FERREIRA, M. M. (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 7-17.

FROTA, L. S. A. *Documentação oral e a temática da seca: estudos*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985.

GONÇALVES, J. “A singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão”: em torno da produção de caráter histórico no âmbito do IHGSC. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S23.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

_____. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2006.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL/UFSC. *Catálogo de história oral 1977*. Florianópolis: Laboratório de História Oral/Curso de Pós-Graduação em História/UFSC, 1977.

SANTHIAGO CORRÊA, R. *Método, metodologia, campo: a trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2013.

SCHÜTZ, K. S. W. *As entrevistas de Simão Willemann: história oral, memória e ofício de professor no interior de Santa Catarina (1977-1978)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Udesc, Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/000000000015/0000157B.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

SILVA, M. C. LABHORAL: Trajetória, contribuição e projetos. *Santa Catarina em História*, v. 5, n. 2, p. 85-90, 2011.

WILKIE, J. *Elitelore*. Los Angeles: Latin American Center/University of California, 1973.

_____. Postulates of the Oral History Center for Latin America. *The Journal of Library History*, v. 2, n. 1, p. 45-55, 1967.

Resumo: O historiador Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro na divulgação do método da história oral no Brasil, oferece nesta entrevista um relato de suas experiências profissionais envolvendo o método. A elaboração de sua dissertação de mestrado, a preparação do livro *História oral: teoria e técnica* (primeiro manual de história oral brasileiro) e a implementação do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina são os eixos orientadores deste diálogo gravado em agosto de 2010, poucos meses antes do falecimento de Pederneiras Corrêa. Comprovando a polivalência das fontes orais, a entrevista abre caminho para reflexões sobre as mudanças na cultura intelectual brasileira dos anos 1970 aos dias atuais, sobre o exercício da subjetividade profissional e sobre o impacto de emoções e de inclinações pessoais na vida intelectual.

Palavras-chave: história da história oral, história do tempo presente, cultura intelectual, arquivos orais.

Abstract: In this interview, historian Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, a pioneer in the dissemination of oral history in Brazil, elaborates on his professional experience involving the method. The production of his master's thesis, the preparation of the book *História oral: teoria e técnica [Oral history: theory and techniques]* (the first Brazilian oral history manual), and the implementation of the Oral History Laboratory at the Federal University of Santa Catarina are main focuses of this dialogue recorded in August, 2010, a few months before Pederneiras Corrêa's decease. The interview confirms the multifunctionality of oral sources since it paves the way to reflections on the transformations in the Brazilian intellectual culture from the 1970s to this day, on the exercise of professional subjectivity, and on the impact of emotions and personal inclinations over one's intellectual life.

Keywords: history of oral history, history of the present, intellectual culture, oral archives.

Recebido em 1º/04/2015

Aprovado em 04/05/2015